

# Truques com vítimas

7 MAI 1988

**A LÉM DA** crise eterna em que vive a educação brasileira, temos agora novas crises que lhe foram adicionadas — algumas autênticas, outras artificiais — que tumultuam, como nos truques de prestidigitação, o entendimento dos problemas verdadeiros.

**S E NÃO**, vejamos: as mensalidades escolares, a propósito dos quais se firmou um acordo em nome da paz social, no Rio de Janeiro — e baixou-se um decreto federal, para o resto do País — permanecem em debate. Fora do Rio de Janeiro, isto se deve à obscuridade dos cálculos, que impõem a edição de uma cartilha. Faltam mesmo cartilhas no ensino brasileiro — mas cartilhas para ajudar a impedir abusos são algo diferente. Se realmente os manuais do MEC servirem para o que se propõem — ou seja, se o Estado por esse meio conseguir tornar simples e claro o que ele mesmo fez confuso — faltará papel para todas as cartilhas que será necessário editar no País.

**N O RIO** de Janeiro, o acordo destinado a produzir a paz social leva as partes a se entrecocarem quanto à sua aplicação. O que vinha para pacificar passa a ser utilizado para hostilizar: cada uma das partes tem seus números, sua verdade, suas razões. A Polícia é mobilizada para notificar estabelecimentos de ensino, muitos refazem cálculos, outros tantos recorrem à Justiça ou se preparam para fazê-lo.

**O ÓRGÃO** estadual competente para aplicar o acordo reflete o desentendimento: a Comissão de Encargos do Conselho Estadual de Educação faz cálculos e considera erradas as contas de uma escola. O plenário do Conselho vota contra o parecer da Comissão, pedindo para ver os cálculos. Disto resulta, sem qualquer sequência lógica, que membros do colegiado pedem a dissolução do órgão — não é, de certo, o predomínio do bom senso na busca do entendimento.

**E NQUANTO** isto, as redes municipal e estadual de escolas oficiais são degradadas aos olhos da população. Algumas escolas do Município ainda abrigam flagelados, outras têm seu funcionamento prejudicado com a reintrodução de um terceiro turno. Haverá, com certeza, muitas unidades onde só acontece o normal: professores dando aula e alunos estudando. Mas o ensino público é genericamente acusado de ser péssimo, sem que as autoridades responsáveis ou os seus professores ergam a voz para defender o que realmente funciona bem.

**NÃO PODERÁ** o Poder Público dizer ao pai da classe média, levado à angústia pelo custo do ensino privado, que tem condições de lhe oferecer, como é seu dever constitucional, ensino gratuito e bom?

**PELO VISTO**, não. E o que se vê é o Secretário Municipal liderando uma caravana para levar a Brasília abaiuço-assinado

em defesa da escola pública e contra a privatização do ensino. Entende-se que algumas lideranças estudantis, politizadas mal e precocemente, promovam passeatas contra essa suposta privatização. Mas que o faça um responsável pelo ensino público — que por força do cargo conhece a realidade — eis mais um sintoma da insanidade generalizada.

**D E FATO**: quem está privatizando o quê no ensino brasileiro? Onde atua esse lobby, em quais antecâmaras sussurra a sua mensagem? Dos estabelecimentos particulares, o que se sabe é o que proclamam: que desejam uma educação pública de bom nível e capaz de atender à demanda que existir — para que possam deixar de ser vistos como concessionários de um serviço público, sujeitos ao controle financeiro que se exerce, por exemplo, sobre empresas de ônibus.

**SÃO** ESSES os elementos do caos: cálculos confusos, desentendimento generalizado, debate do que não está em questão e esquecimento do que realmente importa.

**C OMO** NA prestidigitação, a mão é mais rápida do que a vista. O que se vê é a ilusão, o coelho que sai da cartola onde não havia coelho algum. Com um belo discurso, ou uma boa confusão, distrai-se o distinto público. Com a diferença de que, neste caso, o êxito do truque produz vítimas reais: aqueles que precisam e querem estudar.